



médias cidades. Desenha-se por essas legendas urbanas uma rede dispersa em que pouca relação há entre, por exemplo, a cidade de Rio Verde, no Sudoeste, e Minaçu, no Norte goiano. Embora ambas façam elos com o mundo global por via de sua economia, a rede em que participa as separa.

O sumo é: há uma nova relação cidade/campo no Bioma-Território Cerradeiro que demanda a ação da pesquisa cada vez mais integrada. O grau complexo e os variados problemas que originam da urbanização desafiam, igualmente, a ação dos gestores e dos planejadores. O desafio é também peça central para a implementação da lucidez e de seu correlato fundamental: a formação de uma consciência do lugar e do mundo que seja capaz de captar a densidade histórica dos espaços.

Referências

- ALMEIDA, M. Geralda. *Tantos Cerrados*. Goiânia:Vieira, 2005.
- _____. Diversidade paisagística e identidades territoriais e Culturais – Brasil Sertanejo In: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). *Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares*. Goiânia:Vieira, 2008.
- SILVA, Elaine Barbosa. *Taxas de desmatamento anuais no Bioma cerrado: uma análise a partir de dados modis para o período de 2003 a 2007*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Federal de Goiás, 2008.

RIO VERDE (GO) – UM EXPOENTE DO AGRONEGÓCIO NO CERRADO¹

Gislene Margaret Avelar Guimarães²

As áreas de Cerrado no Brasil vêm sofrendo drástica redução desde a década de 1970 devido, principalmente, à expansão da fronteira agrícola, impulsionada por políticas públicas de incorporação desse bioma às atividades produtivas. Na região Centro-Oeste, a construção de Brasília, na década de 1960, a concretização de obras de infra-estrutura, os Planos Nacionais de Desenvolvimento/ PND I e PND II, o Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (POLOCENTRO) e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER e PRODUIZIR) foram elementos decisivos nessa incorporação.

O PRODECER, instituído em 1975 com o objetivo de incorporar, num período de quatro anos, cerca de 3,7 milhões de hectares de cerrados na produção agropecuária, beneficiou particularmente o Estado de Goiás e, dentro desse, a microrregião Sudoeste de Goiás. Ao todo, foram incorporados, aproximadamente, dois milhões de hectares, 42% dos quais, no Sudoeste de Goiás.

Rio Verde, pertencente à microrregião Sudoeste de Goiás, é um dos municípios mais antigos do estado, criado em 1854. Com características favoráveis de relevo, solo e clima, suas atividades econômicas sempre estiveram ligadas à agropecuária e, mais recentemente, à agroindústria. No processo de expansão da fronteira agrícola, tornou-se expoente em Goiás e no Brasil na produção agropecuária e no agronegócio.

¹ Texto elaborado a partir da tese *Agronegócio, desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo de caso em Rio Verde – GO*, desenvolvida pela autora no âmbito do Programa de Doutorado em Ciências Ambientais / CIAMB – UFG, sob orientação das Professoras Doutoras Agustina Rosa Echeverría e Francis Lee Ribeiro.

² Gislene Margaret Avelar Guimarães. Bióloga, Doutora em Ciências Ambientais/ CIAMB-UFG (gisleneavelar@brturbo.com.br). Professora da Rede Municipal de Educação de Goiânia/ GO.

Na década de sessenta, a pecuária extensiva era a principal atividade econômica do município. O processo de desenvolvimento da agricultura teve grande impulso nas décadas de setenta e oitenta, em função das políticas públicas anteriormente citadas. Aliada a essas políticas, a determinação de grupos de produtores locais e a vinda de imigrantes, dentre eles norte-americanos, paulistas e sulistas, foram fundamentais nesse processo. A transformação das terras do Cerrado em áreas agricultáveis e a consolidação da cultura da soja na região possibilitaram a instalação de agroindústrias no município, iniciada pela Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), com a instalação da primeira indústria de esmagamento e processamento de soja do Estado de Goiás, na década de 1980. Posteriormente, outras agroindústrias se instalaram no município, culminando com a chegada da Perdigão no final dos anos noventa. Em, aproximadamente, uma década, a microrregião Sudoeste de Goiás e o município de Rio Verde passaram por intensas e rápidas modificações, destacando-se como pólo nacional do agronegócio.

O conceito de agronegócio implica na ideia de cadeia produtiva, com negócios 'a montante' e 'a jusante' das atividades agropecuárias. Atividades ligadas à produção e comercialização de insumos agrícolas, como fertilizantes, defensivos, corretivos, maquinários e toda uma rede de produtos e serviços ligados a elas, situam-se a montante. Atividades ligadas à indústria alimentícia, à indústria têxtil, à produção de combustíveis, entre outras, que utilizam os produtos agropecuários como matérias primas, situam-se a jusante. Além disso, o agronegócio inclui serviços financeiros, produção científico-tecnológica e assistência técnica.

Dentre os fatores que contribuíram para a expansão do agronegócio brasileiro a partir da década de 1960 podem ser citados a oferta de crédito subsidiado para investimentos e custeio que vigoraram até a década de 1980, a garantia de preços mínimos, a ampliação da capacidade de armazenagem de grãos, a criação de centrais de abastecimento, a implantação dos chamados corredores de exportação, incluindo instalações de armazenagem, meios de transporte e ampliação do sistema portuário e a racionalização e o fortalecimento dos sistemas de pesquisa e extensão. Em decorrência desses e outros fatores, como a mobilização e organização dos produtores locais em cooperativas e associações, nas últimas décadas o município de Rio Verde experimentou considerável crescimento econômico, como mostra o crescimento do PIB que passou de R\$343.281.200,00, em 1970, para R\$3.529.790.000,00, em 2007, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Atualmente Rio Verde é considerado como a capital do agronegócio do Estado de Goiás e o segundo município no *ranking* estadual no que concerne à competitividade, destacando-se nos diferentes setores: pecuária, agricultura, indústria, comércio e serviços. É um dos maiores produtores goianos de culturas como soja, milho e sorgo e, em relação ao PIB estadual, representa o segundo lugar no valor adicionado da agropecuária (4,3%); o quarto lugar da indústria (6,85%), o quinto lugar dos serviços (4,06%) (GOIÁS, 2010).

Em 2009, a participação de Rio Verde nas exportações do Estado de Goiás foi de 4%, estando entre os doze municípios goianos que concentram as exportações estaduais. É um dos maiores exportadores de soja, milho, sorgo e carne do estado e destaca-se na produção de óleo vegetal, rações, farinhas, farelos, e produtos ali-

mentícios derivados de aves e suínos, principalmente. A relevância e o desempenho de Rio Verde no agronegócio podem ser medidos por vários indicadores, dentre eles sua participação no PIB estadual, na ordem de 4,5%.

Estudos apontam para o desenvolvimento de *agri-cluster*, em torno da produção de aves e suínos, tendo como centro dinâmico a empresa Perdigão (BRUM; WEDEKIN, 2002). Outros apontam para a constituição de um pólo de crescimento econômico (SILVA, 2004). A concentração e interação entre empresas e instituições geram capacidade de inovação e conhecimento especializado, potencializando o dinamismo econômico do município e da região. Além da Perdigão, várias empresas de embalagens, transportadoras, frigoríficos, revendedoras de máquinas e equipamentos, insumos, indústrias de processamento, se instalaram no município. A vinda de novas empresas aumentou a oferta de emprego, atraindo grande contingente populacional. Assim, o município destaca-se também como pólo de migração, apresentando um crescimento populacional de 36% entre 2001 e 2009 (GOIÁS, 2010). Muito desse crescimento se deve à migração em busca de melhores oportunidades.

A maior oferta de postos de trabalho foi acompanhada da necessidade de maior qualificação da mão de obra. O município conta atualmente com cinco instituições de ensino superior, incluindo uma universidade mantida pelo poder público municipal. A maioria oferece cursos na área de gestão e agronegócio.

Essa capacidade do agronegócio de impulsionar diferentes setores da economia (indústria, comércio e serviços) gerando riqueza – renda e distribuição de renda – por meio da oferta de empregos, exigência de qualificação da mão de obra, com repercussões no setor educacional, na demografia, na infra-estrutura,

no transporte, dentre outros, justificaria considerá-lo como base do crescimento econômico ou ‘motor do desenvolvimento’ de Rio Verde.

Contudo, a ideia de que o crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento tem alicerçado ações e políticas que desconsideram os impactos socioambientais dos modelos de crescimento assumidos. É preciso considerar que a riqueza não tem um fim em si mesmo, ela serve para a consecução de outros objetivos, tais como a satisfação das necessidades humanas, individuais e coletivas, de alimentação, moradia, segurança, educação, transporte, participação social (SEN, 2000), que incluem, necessariamente, um ambiente ecologicamente equilibrado.

Nesse sentido, faz-se necessário questionar os fins do crescimento econômico. Para quê e para quem servem seus resultados? E, no que diz respeito aos meios, quais são as externalidades negativas dos processos produtivos que geram esse crescimento? Assim, pode-se distinguir crescimento econômico e desenvolvimento. O crescimento econômico constitui-se como meio – imprescindível – para o desenvolvimento, o qual pode ser concebido como um processo no qual os indivíduos e as sociedades alcançam o poder de escolher e de realizar as potencialidades humanas.

Essa é a concepção de desenvolvimento que pode ser entendida, também, como desenvolvimento sustentável, no qual a eficiência econômica, a prudência ecológica e a justiça social formam um tripé de sustentação, possibilitando sua manutenção no longo prazo (SACHS, 1986). O termo ‘desenvolvimento sustentável’ surgiu em um contexto de crise civilizatória como algo capaz de conciliar diferentes perspectivas políticas e teórico-ideológicas, “de ecologizar a economia, eliminando a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza” (LEFF, 2001). Constitui-se, pois, como um campo de disputa pela hegemonia do que se entende por desenvolvimento e sustentabilidade.

Em Rio Verde, do ponto de vista econômico, o modelo de crescimento constituído pelo agronegócio foi eficiente, o que pode ser mensurado pelo crescimento do PIB per capita do município. Essa eficiência gerou riquezas e transformou Rio Verde em um expoente estadual e nacional do agronegócio, atraindo empresas, gerando empregos e oportunidades de distribuição de renda. De acordo com atores sociais do município, as possibilidades de trabalho produtivo e renda trouxeram melhorias nas condições de vida da população e mais oportunidades de escolha, resultando em demandas e pressões por melhorias nos serviços públicos, na educação, na saúde, na infraestrutura urbana (GUIMARÃES, 2010). Dessa forma, pode-se considerar que o crescimento econômico gerou processos de desenvolvimento.

Contudo, não foram considerados os impactos ambientais que colocam em risco a preservação do Cerrado, a qualidade de vida e os próprios processos produtivos. Problemas como a perda da vegetação nativa, com alto índice de desmatamento – e, em decorrência, a perda da biodiversidade, contaminação do solo e da água por agroquímicos, resíduos e dejetos de aves e suínos, podem ser identificados no município. Juntam-se a esses, os problemas decorrentes dos fluxos migratórios e do crescimento desordenado da cidade, que geram problemas de infra-estrutura, novas restrições à satisfação das necessidades básicas e ao poder de escolha dos indivíduos e da coletividade, configurando um processo contínuo de demandas – ajustes – novas demandas.

A crença no poder da tecnologia faz com que os problemas existentes possam assumir proporções ainda mais graves, como no caso da geração de dejetos de aves e suínos, que é vista como uma problemática ‘futura’ a ser equalizada pelas pesquisas científico-tecnológicas. Outro exemplo é a ênfase dada ao plantio direto como solução efetiva para os problemas de erosão e assoreamento dos corpos d’água, desconsiderando-se (e negligenciando-se) o fato do uso mais intensivo de herbicidas requerido por esse sistema.

Observa-se que, no processo de crescimento econômico do município, a dimensão ambiental foi praticamente ignorada e, caso não se tomem providências mais efetivas, os problemas decorrentes podem inclusive gerar, em longo prazo, a insustentabilidade das atividades produtivas locais.

Entretanto, considerando o campo de disputa hegemônica em torno da ideia de desenvolvimento sustentável, as pressões exercidas por grupos e atores sociais junto às instituições civis, públicas ou privadas, podem gerar processos de mudanças nos modelos e nas formas de crescimento econômico em curso, na perspectiva de que assumam características mais sustentáveis, seja por motivações ‘ecológicas’, sociais ou econômicas. Nesse caso, pode-se considerar a legislação ambiental, a legislação referente à gestão pública, incluindo a constituição de conselhos municipais para a tomada de decisões, as novas exigências do comércio internacional, os movimentos sociais e ou ações de grupos como o Movimento Água dos Rios, que tem atuado na recuperação das nascentes no município de Rio Verde.

Os resultados dessa disputa dependem das interações entre os diferentes agentes sociais: organizações, indivíduos, empresas, Estado. Apesar de ainda

insuficientes, as ações desenvolvidas em Rio Verde indicam que as instituições podem interferir na dimensão econômica e na dimensão ecológica, alterando os padrões de conduta. O ‘estilo’ de desenvolvimento dependerá da qualidade das respostas processadas no jogo de forças sociais entre o mercado, a sociedade civil e o Estado, que dependerá da qualidade da consciência pública, da percepção da realidade e dos problemas vividos, de sua capacidade de organização para impulsionar mudanças, da habilidade dos movimentos sociais em atrair forças, estabelecer alianças, liderar o processo de realização do desenvolvimento.

Dessa forma, a dimensão institucional assume uma posição central, uma vez que as instituições exercem o papel de articulação entre os interesses dos diferentes grupos e esferas sociais, incluindo aqui o mercado, a ciência e a tecnologia e o poder público, articulando, assim, as dimensões do tripé da sustentabilidade – social, ecológica e econômica.

Se o desenvolvimento implica na invenção de um projeto que depende da cultura, que, por sua vez, é dinâmica e construída na interação entre as pessoas e entre as gerações, é possível a construção de outra racionalidade, intensificando o debate sobre os objetivos do desenvolvimento e sobre as relações que se estabelecem nas sociedades e entre estas e o ambiente. Se esse é o mérito do debate em torno do desenvolvimento sustentável, faz-se necessário assumi-lo.

Referências

- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- GOIÁS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. *Ranking dos Municípios Goianos: 2009*. Goiânia: SEPLAN, 2010.
- GUIMARÃES, G. M. A. *Agronegócio, desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo de caso em Rio Verde – GO*. 2010. Tese. Programa de Doutorado em Ciências Ambientais. Universidade Federal de Goiás. 2010. 168p.
- LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001.
- SEN, Amartya. *O desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA A. R. P. Pólo regional ou cluster: o caso do município de Rio Verde, Goiás - Brasil. *Caminhos de Geografia* 5(13), p. 41-55, out/2004. Disponível em: <http://www.ig.uf.br/caminhos_de_geografia.html>. Acesso em: 23 mar. 2007.



UMA VISÃO MACROSCÓPICA DO CERRADO BRASILEIRO

Jose Alexandre F. Diniz Filho, Luis Mauricio Bini e Rafael Dias Loyola¹

Quando comparado com outros biomas brasileiros, a conservação do bioma Cerrado tem sido discutida apenas recentemente. De fato, de acordo com Emma Marris, correspondente da revista *Nature*, o Cerrado pode ser considerado o “ecossistema esquecido” (MARRIS, 2005). Em função de suas características ambientais e posição geográfica mais central no continente sul-americano, esse bioma possui um grande número de espécies endêmicas (ou seja, encontradas apenas nesse bioma), principalmente de plantas. Em virtude da expansão das fronteiras agrícolas a partir da década de 1950 e do aumento da ocupação humana no Centro-Oeste brasileiro, houve uma grande perda de áreas naturais no Cerrado. Assim, em função dessas duas características (endemismo de plantas e nível elevado de ameaça), o Cerrado tornou-se conhecido como um dos *hotspots* globais de biodiversidade (MYERS et al., 2000). Apesar disso, os padrões de biodiversidade na região do Cerrado continuam, em grande parte, ainda desconhecidos, sendo que os poucos estudos mais detalhados estão concentrados em locais próximos aos grandes centros urbanos (como Goiânia e Brasília), tendo sido desenvolvidos principalmente em escalas locais.

A abordagem local, na qual a biodiversidade é estudada de forma detalhada e em escalas reduzidas (variando de m² a poucos km²), é utilizada constantemente

¹ Departamento de Ecologia, ICB/ UFG.